

# UK – Due Diligence

*Comodities de Risco Florestal*

Augusto Luís BILLI

Engenheiro Agrônomo - Auditor Fiscal MAPA

Adido Agrícola - Embaixada do Brasil em Londres

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO



# UK – DUE DILIGENCE EM COMODITIES DE RISCO FLORESTAL

- Legislação Primária

- Environmental Act 2021 – já é Lei desde novembro/2021.

- Legislação Secundária

- Regulamentação está sendo elaborada.



# UK - ENVIRONMENTAL ACT 2021

- 09/11/2021 – Due Diligence em commodities de risco florestal.
- Empresas britânicas;
- Proíbe a utilização de commodities que não respeitaram as leis ambientais do país de origem.
- Estabelece que toda atividade comercial que utiliza commodities de risco florestal deverá implantar um sistema de diligência devida que:
  - i) identifique e obtenha informação sobre a commodity;
  - ii) analise o risco de que legislações locais estejam sendo infringidas pela commodity e
  - iii) como vai mitigar o risco.



# UK - ENVIRONMENTAL ACT 2021

- Relatório Anual (forma e conteúdo a serem definidos)
- Isenções (por faturamento e por quantidade de commodity)
- Poder de Polícia (inspeção, fiscalização, busca, apreensão, sanções)
- Multas
  - Estabelece que nenhuma sanção civil será aplicada se, apesar de identificado o uso de commodities que descumpriram legislações locais, a autoridade fiscalizadora ficar satisfeita de que todos os passos razoáveis foram adotados para implementação da devida diligência.
- Confere poderes ao Secretário do Defra para regulamentar em Legislação Secundária.



# LEGISLAÇÃO SECUNDÁRIA – CONSULTA PÚBLICA

- Consulta Pública ficou aberta por 14 semanas e encerrou em 11 de março;
- **Prováveis commodities:**
  - Carne bovina e couro
  - Soja
  - Milho
  - **Café**
  - Cacau
  - Borracha
  - Óleo de palma

Três critérios de escolha foram apontados:

- i) o impacto global do produto;
- ii) o papel do UK no consumo; e
- iii) A capacidade de estabelecer uma regulamentação efetiva.

Estes critérios vão definir quais commodities serão regulamentadas primeiro.



# LEGISLAÇÃO SECUNDÁRIA – CONSULTA PÚBLICA

- **Prazo de Implementação;**

- Opção 1 - Abranger 2 commodities - Prazo de 18 a 24 meses para entrar em efeito;
- Opção 2 - Abranger de 3 a 4 commodities - Prazo de 3 a 4 anos;
- Opção 3 - Abranger de 5 a 7 commodities - Prazo de 4 a 5 anos.



# LEGISLAÇÃO SECUNDÁRIA – CONSULTA PÚBLICA

- **Isenção por Valor Mínimo de Faturamento Anual**
  - £50 milhões,
  - £100 milhões ou
  - £200 milhões.
- **Isenção por Quantidade Anual Utilizada (inclusive embutida)**
  - 1, 10, 100 ou 1000 toneladas.



# LEGISLAÇÃO SECUNDÁRIA – CONSULTA PÚBLICA

## Embedded Commodities - Fatores de Conversão

- Um exemplo é o frango que se alimentou de milho e soja. As empresas de carne de aves deverão calcular o equivalente de milho e soja embutidos na carne de frango.
- Pode ser aplicado a sapatos, cosméticos, etc. Dependendo do rigor da legislação secundária.

## Multas

- Pergunta-se se as multas devem se limitar ao valor máximo de **£250,000**, em linha com outras legislações britânicas.



# LEGISLAÇÃO SECUNDÁRIA – CONSULTA PÚBLICA

## Certificação

- O Defra poderá orientar as empresas a reconhecer os esquemas atuais de certificação como ferramentas para auxiliar no cumprimento da due diligence.
- Não indicarão processos ou esquemas específicos.
- As empresas terão liberdade de identificar o que se adequa ao seu negócio, considerando:
  - a prova de legalidade,
  - cadeia de custódia (rastreabilidade),
  - robustez e
  - transparência.

**Cálculo de balanço de massa também é mencionado.**



## Manifestação do Governo Brasileiro

- Compartilha da preocupação e entende que ações de cooperação seriam mais efetivas;
- A medida é discriminatória contra países que foram capazes de preservar suas florestas naturais; E que implementaram legislações ambientais rigorosas; *“Race to the bottom”*
- Desvio de comércio;
- Aumento de custos de produção;



## Manifestação do Governo Brasileiro

- Importância do respeito às leis locais e territorialidade de sua aplicação; Soberania dos países de certificarem o cumprimento de suas leis locais;
- Áreas non-forest risk commodities
- Que os países desenvolvidos deveriam apoiar os países em desenvolvimento implementando os compromissos assumidos em acordos ambientais multilaterais;



# Obrigado!

Augusto BILLI

[augusto.billi@agro.gov.br](mailto:augusto.billi@agro.gov.br)

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL